



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS V
CENTRO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS
CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

GABRIELA GEOVANNA SILVA FRANCISCO

**RELAÇÕES BRASIL-ISRAEL DURANTE O GOVERNO LULA (2003-2010):
UMA ANÁLISE DOS ACORDOS BILATERAIS FIRMADOS ENTRE OS
PAÍSES**

**JOÃO PESSOA
2023**

GABRIELA GEOVANNA SILVA FRANCISCO

**RELAÇÕES BRASIL-ISRAEL DURANTE O GOVERNO LULA (2003-2010):
UMA ANÁLISE DOS ACORDOS BILATERAIS FIRMADOS ENTRE OS
PAÍSES**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de Relações
Internacionais da Universidade Estadual da
Paraíba, como requisito parcial à obtenção
do título de Bacharel em Relações
Internacionais.

Orientadora: Prof^ª. Me. Jenifer Queila de Santana

JOÃO PESSOA

2023

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

F819r Francisco, Gabriela Geovanna Silva.
Relações Brasil-Israel durante o Governo Lula (2003-2010)
[manuscrito] : uma análise dos acordos bilaterais firmados
entre os países / Gabriela Geovanna Silva Francisco. - 2023.
28 p.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Relações
Internacionais) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de
Ciências Biológicas e Sociais Aplicadas, 2023.

"Orientação : Profa. Ma. Jenifer Queila de Santana,
Coordenação do Curso de Relações Internacionais - CCBSA. "

1. Governo Lula. 2. Política externa. 3. Israel. 4.
Diplomacia. I. Título

21. ed. CDD 327.81

GABRIELA GEOVANNA SILVA FRANCISCO

RELAÇÕES BRASIL-ISRAEL DURANTE O GOVERNO LULA (2003-2010): UMA ANÁLISE DOS ACORDOS BILATERAIS FIRMADOS ENTRE OS PAÍSES

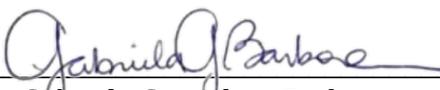
Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Relações Internacionais da Universidade Estadual da Paraíba como requisito parcial à obtenção do título de bacharel em Relações Internacionais.

Aprovado em: 27/12/2023.

BANCA EXAMINADORA



Jenifer Queila de Santana (Orientadora)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Gabriela Gonçalves Barbosa
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Caio Csermak
Universidade Federal da Paraíba (UFPB)

À minha mãe, Geziane Silva, e à minha família, por toda dedicação, apoio, esforço e incentivo,

DEDICO.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	7
2. COOPERAÇÃO INTERNACIONAL PARA O DESENVOLVIMENTO (CID)	8
2.1 A CID COMO ESTRATÉGIA DE POLÍTICA EXTERNA	11
2.2 A POLÍTICA EXTERNA DE LULA VOLTADA PARA ISRAEL E A SUA DIPLOMACIA PRESIDENCIAL (2007-2010)	14
3. A APROXIMAÇÃO ENTRE BRASIL E ISRAEL, VISITAS OFICIAIS E DADOS SOBRE O COMÉRCIO	17
4. ACORDOS BILATERAIS ENTRE BRASIL E ISRAEL E OS RESULTADOS OBTIDOS	21
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	23
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	26

RELAÇÕES BRASIL-ISRAEL DURANTE O GOVERNO LULA (2003-2010): UMA ANÁLISE DOS ACORDOS BILATERAIS FIRMADOS ENTRE OS PAÍSES

Gabriela Geovanna Silva Francisco¹

RESUMO

A política externa do Governo Lula em seus dois primeiros mandatos foi marcada por um protagonismo em relação às nações do Oriente Médio, com uma aproximação nunca antes vista em governos anteriores. Dessas relações, a presente pesquisa busca ressaltar a aproximação entre Brasil e Israel durante os anos 2003-2010, por meio da análise dos acordos bilaterais realizados entre ambas as nações, bem como trocas comerciais e atuações diplomáticas do Brasil em face de conflitos israelenses, como a questão israelo-palestina. Apesar da pouca literatura existente no tocante a esta investigação, foi possível realizar uma análise entre a relação Brasil – Israel e o aprofundamento destas durante o mandato de Luís Inácio Lula da Silva. Percebe-se que a política externa de Lula nos seus dois primeiros mandatos teve uma ênfase em elevar o Brasil ao patamar de liderança em assuntos relacionados a política externa com o Oriente Médio e referência em diplomacia. Ao estreitar relações com Israel e demais países do Oriente Médio, Lula exerceu uma das maiores influências latino-americanas na referida região.

Palavras-Chave: Governo Lula; Israel; Diplomacia; Política Externa.

ABSTRACT

The Lula Government's foreign policy in its first two terms was marked by a protagonism towards the nations of the Middle East, with an approach never before seen in previous governments. Of these relations, this research seeks to highlight the rapprochement between Brazil and Israel during the years 2003-2010, through the analysis of bilateral agreements made between both nations, as well as commercial exchanges and diplomatic actions by Brazil in the face of Israeli conflicts, such as the Israeli-Palestinian issue. The topic proves to be very important for the study of international relations and despite the little existing literature regarding this investigation, it was possible to make a comparison between the Brazil – Israel relationship and the deepening of these during the mandate of Luís Inácio Lula da Silva. It can be seen that Lula's foreign policy in his first two terms had an emphasis on elevating Brazil to the level of leadership and reference in diplomacy. By strengthening relations with Israel and other countries in the Middle East, Lula exerted one of the greatest Latin American influences in that region.

Keywords: Lula government; Israel; Diplomacy; Foreign policy.

¹ Graduanda em Relações Internacionais pela UEPB gabriela.francisco@aluno.uepb.edu.br

1. INTRODUÇÃO

Durante seu segundo mandato (2007-2010), o presidente Luiz Inácio Lula da Silva deu continuidade à estratégia de Política Externa Brasileira (PEB) conceituada de autonomia pela diversificação², assentada na desenvoltura de maior assertividade no cenário internacional, através da ampliação das alianças Sul-Sul e acordos com parceiros estratégicos, com o intuito de aumentar a capacidade de negociação brasileira (VIGEVANI e CEPALUNI, 2011).

Nesse contexto, verifica-se que o Oriente Médio voltou aos assuntos de interesse da PEB (2003-2011) comandada por essas novas estratégias de inserção internacional. Conforme relatam Hussein Kalout e Marcos Degaut (2017), antes dessa reorientação, fica evidente que poucas táticas brasileiras eram voltadas para o Oriente Médio. Israel, por exemplo, que é foco deste trabalho, ganhou seu devido destaque no governo Lula através do estabelecimento de projetos cooperativos em múltiplas áreas, ampliando o leque que se restringia a negociações econômicas. A mudança do governo citado empregou a priorização das relações diplomáticas com essa região (SANTOS, 2014).

No âmbito acadêmico, ainda assim existe uma carência de pesquisas sobre as relações bilaterais entre estes dois Estados, Brasil e Israel. Nesse contexto, os destaques para as pesquisas existentes estão em torno de comparativos feitos sobre governos do século passado, como o de Geisel, por exemplo (TASCH, 2011; RIEDIGER, 2014; HOLAND, 2013). Contudo, de lá pra cá houve diversas mudanças. O Brasil é o maior parceiro comercial de Israel na América Latina desde a segunda década do século XXI (ITAMARATY, 2010). Dessa forma, o objetivo geral desta pesquisa se enquadra no preenchimento dessa lacuna, a fim de observar esse amplo campo das relações bilaterais israelense-brasileiras.

Sendo assim, com o intuito de expandir as pesquisas acadêmicas voltadas para este tema através de um novo viés e referencial, buscou-se reunir informações com o propósito de responder no presente trabalho a seguinte pergunta: “De que forma a aproximação do Brasil com Oriente Médio, sobretudo com Israel, durante os dois primeiros mandatos do governo Lula (2003-2010) influenciou ao estabelecimento dos Acordos de Cooperação Bilateral entre ambos os países?”

² Um governo baseado na autonomia pela diversificação consiste em buscar diversificar as relações diplomáticas do país com os demais Estados em âmbito internacional, não restringindo as parcerias apenas ao eixo Leste-Oeste, a exemplo do Brasil no Governo Lula a partir do foco na cooperação Sul-Sul. Além disso, objetiva também obter considerável participação no sistema internacional e tendo uma presença mais ativa em acordos internacionais.

Isto posto, o recorte temporal do período que se refere ao segundo mandato da Era Lula (2007-2010) foi preferencialmente escolhido para ser abordado e analisado na presente pesquisa, pois concentra as datas de realização de quatro Acordos Bilaterais de Cooperação que serão analisados neste trabalho. Entretanto, não se exclui a importância da análise do seu primeiro mandato (2003-2007) devido à sua relevância para tais acordos fechados a partir de 2007 e que ainda encontram-se em vigor, sendo eles: o Acordo de Livre Comércio entre Israel e o Mercosul que foi assinado em 2007, Acordo de Cooperação Bilateral em Pesquisa e Desenvolvimento Industrial, assinado em 2007, Acordo sobre Serviços Aéreos, assinado em 2009 e Acordo sobre cooperação no campo da Agropecuária, assinado em 2007.

Para que este trabalho fosse desenvolvido, a abordagem escolhida foi a pesquisa qualitativa, realizada através de revisão de literatura não-sistemática e análise documental. No tocante a análise documental, para o desenvolvimento deste trabalho foi realizada análise dos 4 acordos supracitados através de dados e informações colhidas dos sites da Embaixada de Israel no Brasil e do Ministério das Relações Exteriores do Brasil.

Diante do objetivo proposto, o trabalho está dividido em três seções, além da introdução e das considerações finais. Na primeira, busca-se entender, à luz da literatura das Relações Internacionais, a sub-categorização tradicional de Cooperação Norte-Sul (CNS). Logo em seguida, objetiva-se trazer o conceito e características da Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (CID) e como ela relaciona com o tema apresentado. Além disso, aborda-se as principais características da política externa de Lula e da sua diplomacia no objetivo de fechar acordos com Israel durante os seus dois primeiros mandatos (2003-2010).

A segunda seção é intitulada de: “A aproximação entre Brasil e Israel, visitas oficiais e dados sobre o comércio”, que traz uma breve explicação sobre como se deu o início das relações entre os países, as visitas oficiais realizadas e dados sobre as relações comerciais. Por fim, a terceira e última seção intitulada de: “Acordos Bilaterais entre Brasil e Israel (2003-2010) e os resultados obtidos”, que traz a descrição dos quatro últimos Acordos de Cooperação que foram realizados entre Brasil e Israel durante o segundo mandato do presidente Lula.

2. COOPERAÇÃO INTERNACIONAL PARA O DESENVOLVIMENTO³

³ Para Mello e Souza (2014), a CID desenvolveu-se em tantas categorias que a rotulação dos atores participantes se tornou insuficiente, tendo em vista a complexidade de papel que desempenham; Estados doadores se tornando beneficiários, de acordo com o seu desenvolvimento econômico, e os inicialmente beneficiários atuando também como doadores também. As organizações e instituições também expandiram seus papéis de relevância, tornando-se tão importantes quanto os Estados.

Com o avanço da industrialização e da modernidade para diversos países que passaram a se inserir em um mundo globalizado, alguns episódios marcantes ocorreram nas relações internacionais desde a Segunda Guerra Mundial e carregaram a expansão da cooperação internacional como prática institucionalizada pelos governos (SATO, 2010). Com isso, a Cooperação Internacional surge com esforços promissores para organizar a colaboração entre os Estados no que refere-se a assuntos econômicos e de segurança, a partir da década de 1970 (KEOHANE, 1989).

A Cooperação Internacional passou a estender-se por todas as áreas, desde o comércio e finanças até as questões voltadas ao meio-ambiente, educação e à saúde. Ademais, o significado etimológico da palavra cooperar se atrela a atuação conjunta com outros a fim de conseguir um mesmo objetivo (AYLLÓN, 2007). Ou seja, a Cooperação Internacional se atrela a governos e instituições – podendo seus atores serem organizações públicas e privadas, nacionais e internacionais, gerais e especializadas, do Norte ou Sul Global, e de distintas formas de estratégias e ações – que se desenvolvem a partir de padrões comuns e formulam programas que levam em consideração benefícios e também problemas que, potencialmente, podem ser estendidos para mais de uma sociedade e até mesmo para toda a comunidade internacional (SATO, 2010).

Isto posto, analisaremos a Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (CID) e em específico a sua sub-categorização tradicional de Cooperação Norte-Sul (CNS), visto que é uma cooperação que tem se tornado tema de crescente complexidade e importância em um mundo contemporâneo globalizado, onde as desigualdades se fazem mais visíveis, e a provisão de bens públicos, mais premente (SOARES, 2014). Ademais, é a modalidade que mais se adequa ao presente trabalho no qual se analisa Brasil e Israel, países do Sul e Norte global, respectivamente. Dessa maneira, o Sul Global representa os países economicamente em desenvolvimento, que normalmente apresentam uma base econômica agrária e, em sua maioria, são dependentes dos países do norte, e o Norte Global representa as sociedades economicamente desenvolvidas, politicamente estáveis e tecnologicamente avançadas (ODEH, 2010).

A CID surgiu a partir do plano Marshall e de outras iniciativas de reconstrução dos países afetados pela II Guerra Mundial. Ela apresenta um caráter de cooperação com benefício mútuo em que uma relação de associação é estabelecida visando ações externas que complementam os esforços locais, mas não os substituem (MILANI; LOPES; SUYAMA, 2013). Essas ações são voltadas para a canalização de ajuda que são classificadas

em ajuda multilateral, quando os fundos são canalizados por uma Organização Internacional através de programas e projetos de cooperação, e ajuda bilateral, quando envolve um país doador e outro recipiendário através de administrações públicas ou organizações de desenvolvimento de caráter público.

Dessa maneira, nesse cenário de mundo progressivamente mais globalizado, enfatizando a necessidade de igualdade entre os povos e os países, a melhoria na qualidade de vida e do desenvolvimento humano, a extinção da fome e pobreza mundiais, a cooperação adquire esse caráter de desenvolvimento sustentável (MARINHO; FERREIRA, 2012), colocando-se como um fator fundamental nas relações entre os países e comunidades. Nesse sentido, a então nomeada Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (CID) é também sub-categorizada como Cooperação Norte-Sul, quando realizada entre organizações ou países do Norte Global e do Sul Global; e Cooperação Sul-Sul (CSS), quando o intercâmbio é realizado apenas entre países do Sul Global.

Além disso, conforme apontado por Ferreira e Marinho (2012), a CID abrange:

Uma quantidade grande de áreas que os países podem implementar políticas cooperativas. Segundo Ayllón (2006), os instrumentos e destinos da CID estão divididos em Cooperação Econômica, Preferências Comerciais (eliminações de barreiras), Ajuda Financeira, Assistência Técnica, Ação Humanitária e Cooperação em Ciência e Tecnologia (MARINHO; FERREIRA, 2012, p. 3).

Ou seja, a CID abrange um leque variado de possibilidades de fazer políticas de troca que atingem áreas como indústria, saúde, comércio, administração pública, alimentação, educação, infraestrutura, entre tantas outras. Na Cooperação Norte-Sul em específico, na qual se enraíza este trabalho e os acordos que serão abordados, busca-se incentivar na relação: o contexto internacional mais estável, pacífico e seguro, melhorar as condições de vida da população de menor renda, favorecer formas de governos democráticas com respeito aos Direitos Humanos, baseando-se em critérios de igualdade e solidariedade (Marinho, 2012)

Inicialmente, em 1949, o discurso do ex-presidente estadunidense Harry S. Truman veio a dar caráter oficial à CNS, sobre-excedendo a proeminência em ajudar países menos desenvolvidos socialmente e politicamente, fazendo assim com que esses tivessem melhores oportunidades para o crescimento desses determinados países. Como base lógica, a CNS possui o objetivo de levar desenvolvimento aos países subdesenvolvidos e em desenvolvimento e não necessita de reciprocidade. Os tipos de cooperação se iniciaram principalmente no modo bilateral, mas atualmente se dividem em bilateral, multilateral e trilateral (MALACALZA, 2011).

Já o seu o arcabouço institucional é complexo e se construiu com o passar dos anos e com o consenso de 83 países doadores que se deu de forma lenta após diversas discussões. (MANNING, 2006; ANDRADE, 2009). Nesse sentido, medidas como linhas de pesquisa e diretrizes de financiamento foram estabelecidas e passaram a ser observadas de forma voluntária por países em desenvolvimento, visto que os Estados não necessitam apresentar relatórios finais sobre as cooperações exercidas e nem estão sujeitos a avaliações em determinados intervalos (ANDRADE, 2009; MAWDSLEY, 2012).

Dessa forma, para Baiardi e Ribeiro (2011), a Cooperação Norte-Sul não pode ser vista como um ato de generosidade, como se poderia supor ao olhar mais superficial; há mecanismos de compensação que envolvem até mesmo pagamentos entre as partes, definidos pela própria CID a partir da década de 1980, delineando projetos e programas, com metas estratégicas e intervenções pontuais (DA SILVA; AZEVEDO; DA SILVA JÚNIOR, 2021).

2.1 A CID COMO ESTRATÉGIA DE POLÍTICA EXTERNA

Política Externa (PEX), no seu amplo conceito, é definida por Morin (2013) como conjunto de normas e preceitos que conduzem a soberania internacional dos países. Portanto, a política externa é considerada, com efeito, uma política pública que ultrapassa as fronteiras estatais, acarretando, assim, um distanciamento entre os objetivos e resultados das políticas públicas realizadas no ambiente doméstico dos Estados (Pinheiro, 2009).

Ademais, é de suma importância diferenciar a política externa de uma simples “ação externa”, ou até mesmo de uma caridade, pois trata-se de um vocábulo muito mais amplo que abrange diversas relações, idealizadas ou não, em distintos governos. Assim, por possuir efeitos de uma política pública, compreende-se que sua formulação vai ao encontro de inúmeras demandas e conflitos (Pinheiro, 2009).

Além disso, devemos nos atentar para a extensão da PEX, sendo essa a Análise de Política Externa (APE), a qual como subcampo da área das Relações Internacionais (RI) tem como o intuito realizar uma análise sobre os modos operantes de cada Estado, assim então, como tomam decisões de PEX, por meio processos e atores que os influenciam (HUDSON, 2005; PINHEIRO, 2009).

Portanto, para analisarmos a CID como estratégia de Política Externa, devemos observar alguns conceitos essenciais para ampliar este entendimento, como as definições amplas de Política Externa (acima explicado) e Diplomacia. Além disso, é importante

analisar com que intuito o Governo Lula (2003-2010), através de sua diplomacia, utilizou a inserção da CID como estratégia de Política Externa Brasileira (PEB).

No que tange ao conceito de Diplomacia, em especial a presidencial, é importante se atentar que ela não deve ser adotada como semelhante à política externa, mas fundamentada como um instrumento utilizado pelos Estados para executar a sua política exterior. Sendo assim, a diplomacia presidencial é a “condução pessoal dos assuntos de política externa que ultrapassam a rotina ou atribuições comuns aos presidentes e/ou chefes de Estado” (DANESE, 1999, p.51).

Nessa conjuntura, verificamos que os interesses do exercício da diplomacia presidencial vão muito além do que um chefe de Estado dá como válido, havendo, nesse caso, interesses maiores como: explorar os objetivos de controle sobre as agendas nacionais e estrangeiras, exercer pressão política com sua autoridade, além de atrair a opinião pública e a mídia sobre questões externas, aumentando assim a visibilidade interna (CERQUEIRA, 2005, p.54; DANESE, 1999, p. 70; PRETO, 2006, p. 34).

Isto posto, no caso brasileiro, nota-se que o Governo Lula utilizou da CID como estratégia de PEB desde o primeiro mandato, com o intuito de conseguir credibilidade e legitimidade no Sistema Internacional, além de aumentar a influência do Brasil nos assuntos globais a partir da ampliação de suas relações externas, trazendo para o Brasil a visão de nação solidária e capaz de ofertar cooperação a outros países. Dessa forma, segundo Gladys Lechini (2008), Lula redesenhou a PEB, colocando o Brasil como potência emergente e ator relevante no cenário internacional, buscando também solidariedade entre os países do Sul, pelo qual a partir de 2002, o Brasil destinou esforços para a cooperação como estratégia de inserção internacional através da intensificação de suas relações multilaterais.

A ideia de “desenvolvimento” foi um dos temas principais dos discursos do presidente, que já na sua posse em 2003, afirmou: “Apoiaremos os esforços para tornar a ONU e suas agências instrumentos ágeis e eficazes da promoção do desenvolvimento social e econômico” (LULA apud BRASIL, 2003b, p. 11). Celso Amorim foi ainda mais direto em seu discurso de posse como ministro das Relações Exteriores em 2003, quando destacou que um dos objetivos do governo era de viabilizar o desenvolvimento sustentável e eliminar a pobreza do mundo (BRASIL, 2011a). Amorim foi além, e afirmou a instrumentalização do apoio ao desenvolvimento na política externa brasileira: “As políticas cultural, de cooperação técnica, científica e tecnológica serão elementos essenciais da política externa do governo Lula” (AMORIM apud BRASIL, 2011a, p. 16)

O princípio da não-indiferença e da diplomacia solidária foram duas das maiores bandeiras da diplomacia do governo Lula. De acordo com o próprio Celso Amorim, ministro das Relações Exteriores do governo Lula, “O governo brasileiro não estava indiferente às necessidades dos países atingidos pela pobreza, conflitos armados e desastres naturais”, e “A atitude de não-indiferença não é contraditória com a defesa dos próprios interesses (nacionais)” (AMORIM, 2010, p. 225). Para o ministro, não havia dúvida de que uma política externa baseada na solidariedade, num senso de humanidade, que beneficie o desenvolvimento dos mais pobres e mais vulneráveis não somente contribuiria para a paz e a prosperidade do mundo, mas também traria benesses políticas e econômicas para o Brasil (AMORIM, 2010)

Para Villa e Viana (2010), no período 2003-2010, o presidente Lula incluiu questões globais em sua agenda de política externa no setor de segurança e defesa, como por exemplo a negociação do programa nuclear iraniano e o engajamento em missões de paz da ONU. Ademais, as relações com a América do Sul deixaram de se pautar somente por fatores econômicos e comerciais, adotando uma abordagem multilateral da segurança da região (SILVA, 2014).

De acordo com Saint-Pierre (2010), o Conselho de Defesa Sul-Americano (CDS) e a Estratégia Nacional de Defesa (END) são demonstrativos de um novo direcionamento da PEB em prol do setor de Defesa. Tanto o CDS, quanto a Estratégia são marcos para a interligação dos objetivos de defesa inerentes à política externa (SILVA, 2014), resultando, neste momento, em uma aproximação entre o governo brasileiro e os países do Oriente Médio.

A política externa do governo Lula (2003-2010) esteve condicionada à conjuntura externa da época, a qual permitiu ao Brasil alargar seus horizontes em termos de participação política nas decisões do cenário internacional, o que se observa, entre outros aspectos, através da criação de fóruns como o BRICs e na liderança de Lula em debates do G-20 e G-3. Durante seu período como presidente, percebe-se que Lula enxergou no Oriente Médio a possibilidade de uma plataforma política para que o Brasil pudesse se firmar em uma posição de nação relevante no cenário internacional, por meio da mediação de conflitos entre os atores locais e pela possibilidade de diversificação das relações econômico-comerciais do Brasil.

De fato, foi durante os mandatos de Lula que o Oriente Médio passou a ocupar uma posição mais destacada na pauta da chancelaria brasileira, com a região passando à área de prioridades do chamado bloco de países emergentes, o qual foi tão fortemente defendido

pelas linhas teórico pragmáticas da abordagem Sul-Sul, parte essencial da diplomacia do governo Lula (SANTOS, 2015).

Para Silva e Kunrath (2010), a diplomacia de Lula para o Oriente Médio foi pautada por uma busca de novas parcerias políticas e econômicas com os países da região, tendo em vista o desejo do governo brasileiro em exercer um papel de mediador nos conflitos médio-orientais e em âmbito global, construindo uma ordem multipolar. Nesse sentido, além do aumento da relação comercial com os Estados médio-orientais, o Brasil exerceu um maior ativismo que pode ser observado em quatro eventos: 1) o tour na região realizado pelo presidente Lula (2003); 2) o lançamento da Cúpula América Latina-Países Árabes (2005); 3) a Declaração de Teerã (2010); e 4) o reconhecimento do Estado Palestino (2010) (BRUN, 2012, p.43).

2.2 A POLÍTICA EXTERNA DE LULA VOLTADA PARA ISRAEL E A SUA DIPLOMACIA PRESIDENCIAL (2003-2010)

Marcada pelo objetivo de fazer o Brasil exercer um papel protagonista internacional, a política externa de Lula teve a América do Sul como prioridade de seu governo, onde o ativismo objetivado não foi somente no âmbito regional, mas também no cenário global. Assim, o protagonismo internacional e seu caráter global já conferem uma diferença no que se refere à política externa de Lula. Entendemos, entretanto, que um terceiro aspecto deve ser levado em consideração: foram inseridos na agenda global temas relativos à paz e à segurança internacionais (BRASIL, 2011).

O Brasil assumiu ao longo dos anos o papel de “ponte” entre os povos do Ocidente e do Oriente Médio e sua atuação nessas duas regiões geográficas foi sustentada nos discursos da PEB por meio de quatro argumentos principais: a influência árabe sobre a Península Ibérica; o histórico de imigração árabe e judaica para o Brasil; o expressivo número de descendentes de árabes e israelenses na população brasileira; e a intensa contribuição valorativa de herança árabe para a formação da identidade brasileira. Os discursos da PEB do governo Lula, sempre tiveram como objetivo demonstrar a decisiva contribuição árabe e israelense para a formação da identidade social e da cultura brasileira, bem como para o desenvolvimento econômico do país (BRASIL, 2003a; 2003b; 2004a; 2005a; 2006b; 2007a; 2008a; 2008b; 2009a; 2009b; 2010a)

Esta situação qualifica-se como um claro indicador da postura conciliatória e universalista que a política externa brasileira vem, ao longo de sua história, assentando e que,

no governo Lula, encontrou uma grande expressão. Preiss (2011) acrescenta que a circunstância referida demonstra o interesse e a habilidade do Brasil em se colocar como relevante ator no Oriente Médio.

Um dos principais papéis promovidos espontaneamente pelo governo brasileiro com relação ao Oriente Médio durante o governo Lula foi justamente o de defensor da paz e dos direitos humanos. Em discurso feito a empresários de Israel, no ano de 2010, o presidente Lula, acompanhado do presidente de Israel Shimon Peres, expôs o Brasil como sendo especialista em dialogar, alegando que o país possuiria um “vírus da paz” (PERES, 2010) .

O conflito entre Palestina e Israel, um dos pontos mais delicados do Oriente Médio, foi tratado pelo governo brasileiro sob os princípios dos direitos humanos e pelo restabelecimento da paz. A divulgação de uma imagem do Brasil como sendo um país pacifista, é coerente com o contexto histórico da política externa brasileira e com os princípios das Relações Internacionais do Brasil elencados no Artigo 4º da Constituição:

Art. 4º: A República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais pelos seguintes princípios: I - independência nacional; II - prevalência dos direitos humanos; III - autodeterminação dos povos; IV - não-intervenção; V - igualdade entre os Estados; VI - defesa da paz; VII - solução pacífica dos conflitos; VIII - repúdio ao terrorismo e ao racismo; IX - cooperação entre os povos para o progresso da humanidade; X - concessão de asilo político. (Brasil, 1988)

O governo Lula se concentrou durante o segundo mandato ativamente na busca pela paz e convívio entre palestinos e israelenses. A maior parte da assistência humanitária prestada pelo governo brasileiro para o Oriente Médio concentrou-se justamente na região geográfica da Palestina, nos Territórios Palestinos Ocupados e na Faixa de Gaza. A concentração das doações monetárias para fins de assistência humanitária, bem como das doações de alimentos e de medicamentos para a região geográfica da Palestina, corrobora uma das principais metas da PEB do governo Lula, que foi a defesa da criação de um Estado Palestino independente, democrático, coeso e economicamente viável, convivendo em paz e em segurança com Israel (BRASIL, 2010b). Os princípios da PEB de Lula com relação ao conflito entre Israel e Palestina foram pautados em: promover a criação de um Estado Palestino em concomitância com a manutenção do Estado de Israel e no respeito as normas de direito internacional vigentes.

A atuação brasileira no tocante ao conflito entre israelenses e palestinos se iniciou ativamente no ano de 2003, o envolvimento brasileiro na mediação entre Israel e os palestinos teria sido dado antes da I Cúpula Aspa, realizada em 2005 e logo depois dela.

Durante um ano e meio, Amorim visitou vários países árabes realizando os preparativos para a Cúpula. Foi nesse contexto que o ministro esteve pela primeira vez nos Territórios Palestinos Ocupados. “[F]omos criando uma relação mais próxima [com a região], que culminou na Cúpula realizada no Brasil em maio de 2005”. Logo depois da Cúpula, esteve em Israel, quando se reuniu com o então primeiro-ministro Ariel Sharon, com o vice-primeiro-ministro Ehud Olmert, que o sucederia, com o chanceler Silvam Shalom, e com Shimon Peres. Segundo o ministro: “nenhum deles manifestou reservas quanto ao maior envolvimento do Brasil. Peres foi particularmente enfático na utilidade de nossa presença” (AMORIM, 2011, p. 187).

“No governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010), foram mantidas as linhas mestras da posição brasileira para o conflito israelo-palestino: a defesa do direito de autodeterminação do povo palestino e a solução de dois estados, Israel e Palestina, convivendo lado a lado, em paz e segurança e com fronteiras internacionalmente reconhecidas. Discursando na abertura da AGNU pela segunda vez, em 2004, o presidente da República fez naquele pódio sua primeira menção direta ao conflito israelo-palestino, emprestando importância à necessidade de solucioná-lo. Retornando à Assembleia Geral em 2006, o presidente mencionou, em seu discurso, a convivência entre árabes e judeus no Brasil e tratou da ideia de ampliação do rol de países envolvidos em uma solução para a questão israelo-palestina” (FÁVERO; PINHEIRO, 2016, p. 71).

Nas duas intervenções, notam-se dois elementos muito presentes na política externa do presidente Lula da Silva para a questão da Palestina. O primeiro, a ideia de que o Brasil pode contribuir para o encaminhamento do conflito, valendo-se da convivência pacífica das diásporas judaica e árabe na sociedade brasileira. Segundo, a noção de que uma maior participação da comunidade internacional na resolução do conflito, com a presença de outros atores, poderia contribuir para solução duradoura do conflito israelo-palestino – percepção brasileira de que a comunidade internacional, a ONU em especial, deveria ter maior participação no encaminhamento do conflito. A ideia permeou, igualmente, o discurso do presidente Lula da Silva nas Nações Unidas em 2009, ocasião em que tratou de uma ONU revitalizada, ativa, com a autoridade “para solucionar os conflitos do Oriente Médio, garantindo a coexistência de um estado palestino com o Estado de Israel” (FÁVERO; PINHEIRO, 2016).

“De 2005 a 2010, o chanceler Celso Amorim esteve em Israel e na Palestina cinco vezes, e a política externa brasileira em relação ao conflito israelo-palestino experimentou período de grande atividade. O Brasil recebeu os chefes de estado de Israel (2009) e da Palestina (2005, 2009) e para a posse presidencial de 2011. O presidente da República, em março de 2010, realizou visita histórica a Israel e Palestina, a primeira oficial de um chefe de estado brasileiro àqueles países. O

convite ao Brasil para participar da Conferência de Annapolis⁴, realizada nos Estados Unidos, em 27 de novembro de 2007, foi, de certa forma, resultado do maior envolvimento do Brasil com a questão da Palestina. O evento contou com a participação de 40 países. O Brasil foi o único país latino-americano a participar plenamente da Conferência. A Conferência não chegou perto de uma solução para o conflito, mas foi representativa para o Brasil, visto que marcou a primeira vez que o país participou ativamente de discussões substantivas sobre a paz no Oriente Médio fora das Nações Unidas” (FÁVERO; PINHEIRO, 2016, p. 71).

3. A APROXIMAÇÃO ENTRE BRASIL E ISRAEL, VISITAS OFICIAIS E DADOS SOBRE O COMÉRCIO

Os primeiros contatos entre sul-americanos e árabes vieram com a colonização portuguesa, sendo essa responsável pela junção entre árabes e sul-americanos, por meio da língua, arquitetura, culinária ou até mesmo técnicas de agricultura (MENEM, 2020). Sendo um dos primeiros países a aceitar a criação do Estado de Israel, com a participação do diplomata brasileiro Oswaldo Aranha, o Brasil ingressando na Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU) vivenciou em 1947 o episódio que ascendeu à partilha de Israel em 1948. Tal fato foi um marco que configurou o início das relações bilaterais entre os dois países (AGUIAR, 2014).

Finalmente, na tarde de 29 de novembro de 1947, às 16h, esgotadas as tentativas de protelação da votação, que incluíam o esforço dos países árabes para suspender a votação e enviar a questão palestina à Corte Internacional de Justiça, Aranha, tendo ao lado o secretário-geral da ONU, Trygve Lie, abriu a sessão, decisiva para árabes palestinos e para judeus da Palestina. Onze países declararam seu voto a favor da partilha; dentre os latino-americanos, Brasil, Guatemala e Uruguai. Treze países declaram seu voto contrário: da América Latina, Colômbia, Cuba e Haiti. Finalmente todos os representantes foram chamados a dar o seu voto. Trinta e três Estados votaram pela partilha, portanto, pela criação de um Estado árabe e de um Estado Judeu [...] (Vigevani e Kleinas – Cadernos Cedec Nº 68, 1999 p.22).

Como informação disponível no site da embaixada brasileira, temos que: “o Brasil foi um dos primeiros países a reconhecer o Estado de Israel. Em 1951 foi criada a Legação do Brasil em Tel Aviv, elevada, em 1958, à categoria de Embaixada. Também em 1951 Israel inaugurou sua Embaixada no Brasil no Rio de Janeiro, sendo posteriormente transferida para Brasília. Em 2010 Israel reabriu seu Consulado em São Paulo. Além disso, Brasil e Israel compartilham uma longa história de intercâmbio nas áreas técnica, científica e tecnológica. Desde os anos 1960, Israel contribui para o desenvolvimento da agricultura do semiárido, por meio da difusão de técnicas de irrigação em regiões do Nordeste brasileiro.” Com o passar

⁴ Realizado em 27 de novembro de 2007 na cidade de Annapolis, a Conferência teve como objetivo debater sobre os caminhos para promover a paz no Oriente Médio.

dos anos, foi notório o fortalecimento das relações econômicas do Brasil com Israel em todos os anos 2000 (VIGEVANI; KLEINAS, 1999, p.38; CALANDRIN, 2019).

Essa conexão estruturada trouxe benefícios, entre eles: maior barganha de tecnologias para solução de problemas (como por exemplo: agricultura em climas tropicais), concentração de investimento no setor privado internacional. Válido ressaltar que tal relação tinha como intuito a ampliação comercial nos mercados menos desenvolvidos, fazendo com que os produtos com maior valor pudessem se tornar menos dependentes das exportações de produtos que servem como matéria-prima para potências estadunidenses e europeias. Além de colocar o Brasil como mediador de conflitos internacionais, visando uma posição no Conselho de Segurança da ONU (LANA et al, 2019).

“Nos anos do segundo mandato de Lula (2007-2010), as relações políticas entre Brasil e Israel foram fortalecidas através de uma série de visitas ministeriais e comerciais de ambos os lados, como a visita à Israel do Ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, o Ministro da Educação, Fernando Haddad, o Ministro da Integração Nacional, Geddel Vieira Lima, a ex-Ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, e o ex-Ministro de Assuntos Estratégicos, Roberto Mangabeira Unger. Já o Brasil foi visitado por Ehud Olmert, na época Ministro da Indústria, e pelos Ministros de Segurança Pública, Educação e Agricultura de Israel, entre outras importantes missões. Em 2009 veio ao Brasil, pela primeira vez em mais de 20 anos, o Ministro das Relações Exteriores e Vice-Primeiro-Ministro, Avigdor Liberman. Essas trocas de visita trouxeram uma série de acordos bilaterais importantes nos campos da educação, agricultura, cooperação na área de saúde, pesquisa científica industrial e aduaneira. Durante a visita do Presidente Shimon Peres, foram assinados acordos na área jurídica, de turismo e de cooperação técnica em benefício de países terceiros” (EMBASSIES, 2014).

Na tabela abaixo é apresentada uma relação de visitas oficiais que figuras políticas brasileiras realizaram no período de 2007-2010 em Israel:

TABELA DE VISITAS OFICIAIS (2007 – 2010)

BRASIL	
2007	<p>Novembro Ministra do Meio Ambiente, Sra. Marina Silva</p> <p>Novembro Ministro da Integração Nacional, Sr. Geddel Vieira Lima</p> <p>Novembro Governador de Minas Gerais, Sr. Aécio Neves</p>

Novembro	Prefeito de São Paulo, Sr. Gilberto Kassab
Dezembro	Presidente do Banco Central, Sr. Henrique Meirelles

2008

Fevereiro	Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim
Maio	Ministra da Secretaria Especial de Políticas para Mulheres, Sra. Nilcéa Freire
Novembro	Ministro da Secretaria de Assuntos Estratégicos, Professor Mangabeira Unger
Dezembro	Embaixador Roberto Jaguaribe – Reunião de Consultas Políticas

2009

Janeiro	Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim (Jerusalém)
Julho	Embaixador Extraordinário do Brasil para o Oriente Médio, Embaixador Affonso Celso de Ouro-Preto
Outubro	Prefeito de Curitiba, Carlos Alberto Richa

2010

Janeiro	Ministro da Defesa, Nelson Jobim
Março	Presidente Luís Inácio Lula da Silva
Julho	Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim
Outubro	Ministro do Turismo, Luiz Barreto Filho
Novembro	Ministro de Estado, Chefe do Gabinete de Segurança da Presidência da República, Jorge Armando Feliz

ISRAEL

2007

Agosto	Deputado do Knesset, Benyamin (Benny)
Dezembro	Elon Vice-Chanceler, Sr. MajalliWhabee

2008

Março	Ministro da Segurança Pública, Sr. Avraham (Avi) Dichter
Julho	Ministro da Agricultura e Desenvolvimento Rural, Sr. ShalomSimchon
Agosto	Ministra da Educação, Sra. YuliTamir

2009

Julho	Ministro dos Negócios Estrangeiros, Avigdor Lieberman (São Paulo e Brasília)
Novembro	Presidente Shimon Peres (Brasília, São Paulo e Rio de Janeiro)

2010

Março	Ministro das Comunicações, MosheKahlon
Março	Ministro da Segurança Pública, Yitzhak Aharonovitz
Dezembro	Vice Primeiro-Ministro, Ministro da Cooperação Regional e Ministro do Desenvolvimento do Negev e Galil, Silvan Shalom

Fonte: Quadro elaborado pela autora com dados fornecidos pelo Ministério das Relações Exteriores.

Há vinte anos, só tínhamos 5 empresas israelenses com representação no Brasil, em 2023 cerca de 150 empresas israelenses no país. Com este significativo aumento nos número de empresas israelenses que já se estabeleceram em nosso país, mostra-se o aumento de interesse de Israel. A maioria dessas 150 empresas israelenses localizadas no Brasil é de alta tecnologia em diversas áreas como: Agrotecnologia (42 empresas), Telecomunicações e TI (42 empresas), Produtos e Tecnologias de Segurança (24 empresas), Equipamentos Médicos

(17 empresas) além de empresas em outras áreas como Equipamentos Elétricos, Aviação e Veículos Aeroespaciais, Energia e outras (BRASIL, 2023).

Israel é um dos países líderes no mundo em inovação tecnológica e muitas dessas empresas de Israel que já operam no Brasil são bem conhecidas. Além disso, Israel é um centro de excelência em inovações tecnológicas em vários setores (telecomunicação, espaço, biotecnologia, nanotecnologia para agro tecnologia). A colaboração entre centros de pesquisa e instituições brasileiras e israelenses oferece uma ampla gama de oportunidades para o desenvolvimento do nível tecnológico no Brasil. (BRASIL, 2023).

Nota-se que o Brasil foi o maior parceiro comercial de Israel na América Latina no segundo mandato do Governo Lula. A partir dessas iniciativas, as relações entre o Brasil e Israel se fortaleceram nos últimos anos. O comércio entre os dois países atingiu, em 2008, US\$1,62 bilhão. Israel e Brasil são economias que possuem amplas relações bilaterais onde as negociações dos acordos firmados por eles, tendem a ser benéficas para ambas partes.

Em 2009, o ano da crise mundial o valor exportado do Brasil para Israel foi de US\$ 270 milhões, no que se refere ao primeiro semestre do ano de 2010 foram no valor de US\$ 140 milhões, sendo US\$ 67,7 milhões somente em maio e junho (BECHER apud ITAMARATY, 2010). O mesmo site governamental explica que na esfera das importações, no ano de 2008 o Brasil importou US\$ 1,2 bilhão em produtos israelenses, no ano de 2010 os valores excederam US\$ 420 milhões, sendo US\$ 130 milhões nos meses de maio e junho, que foi após o acordo entre MERCOSUL e Israel ter entrado em vigor. O governo projetou que em 10 anos, 97% dos produtos importados pelo Mercosul vindos de Israel, e vice-versa, terão alíquota zero. Além de tudo isso, o Brasil é hoje o foco das exportações israelenses na América do Sul e isso se refletirá nas cooperações entre ambos os países, inclusive tecnológica (BECHER apud ITAMARATY, 2010).

4. OS ACORDOS BILATERAIS ENTRE BRASIL E ISRAEL E OS RESULTADOS OBTIDOS

Para analisar os Acordos Bilaterais em vigor entre Brasil e Israel, deve-se primeiro observar que os acordos bilaterais são estabelecidos entre duas entidades legais globais, como países ou as organizações internacionais no qual esses tratados podem abranger, igualmente, diversos assuntos dentro da CID. Devido à natureza bilateral desses acordos, ou seja, entre duas partes, sua validade é estabelecida quando ocorre a troca de documentos de ratificação pelos signatários envolvidos, no caso dos Estados (CAVALCANTI, 2015).

Dessa forma, os tratados bilaterais são acordos estabelecidos entre duas partes com o objetivo específico de desenvolverem relações em diferentes áreas além das fronteiras, a fim de obter benefícios estratégicos mútuos para os Estados envolvidos no processo de negociação. É importante destacar, conforme afirmado por Cavalcanti (2015), a importância das negociações entre os países como um meio fundamental para concretizar e manter esses acordos, bem como a possibilidade de celebrar outros acordos futuramente. Assim, Brasil e Israel possuem uma variedade de tratados bilaterais, quatro deles são o foco deste trabalho.

Os Acordos Bilaterais aqui elencados correspondem aos últimos que foram firmados durante o período do segundo mandato do Governo Lula (2007-2010) e que permanecem em vigor. São eles:

- Acordo de Livre Comércio entre Israel e o Mercosul, assinado em 2007;
- Acordo de Cooperação Bilateral em Pesquisa & Desenvolvimento Industrial, assinado em 2007;
- Acordo sobre Cooperação no Campo da Agropecuária, assinado em 2007;
- Acordo sobre Serviços Aéreos, assinado em 2009.

Seguindo adiante, explicando os acordos sequencialmente como descrito acima, temos o **Acordo de livre comércio entre Mercosul e Israel** que foi assinado em 2007 e ainda em vigor. Este acordo tem como intuito abolir as barreiras tarifárias aduaneiras ao comércio de bens e facilitar a circulação de mercadorias entre os territórios dos países signatários, bem como promover condições de concorrência na área de livre comércio. Além disso, busca aumentar a oportunidade de investimento e aprofundar a cooperação bilateral e multilateral entre os países (BRASIL, 2010). O Mercosul concedeu isenção de tarifas para 9.400 itens, enquanto Israel para 8000. “Assim, serão pouco mais de 17.400 itens que terão suas tarifas aduaneiras eliminadas gradualmente de acordo com a categoria, conforme descrita abaixo: Categoria A – onde as tarifas aduaneiras serão eliminadas na entrada em vigor do Acordo. Categoria B – onde as tarifas aduaneiras serão eliminadas em 4 (quatro) etapas iguais, a primeira na data de entrada em vigor do Acordo e as outras três no dia primeiro de janeiro de cada ano subsequente. Categoria C – onde as tarifas aduaneiras serão eliminadas em 8 (oito) etapas iguais, a primeira na data de entrada em vigor do Acordo e as outras sete no dia primeiro de janeiro de cada ano subsequente. Categoria D – onde as tarifas aduaneiras serão eliminadas em 10 (dez) etapas iguais, a primeira na data de entrada em vigor do Acordo e as

outras nove no dia primeiro de janeiro de cada ano subsequente. Categoria E – onde as tarifas aduaneiras estarão sujeitas a preferências, conforme especificado para cada item tarifário, na entrada em vigor do Acordo, mediante as condições também especificadas para cada item tarifário” (BRASIL, 2010).

Na sequência, devemos analisar também o **Acordo de Cooperação Bilateral em Pesquisa & Desenvolvimento** - assinado em 2007, e que se encontra em vigor. Este acordo, mais uma vez, retrata a colaboração das empresas tanto brasileiras como israelenses no desenvolvimento de projetos de forma conjunta, por meio de aparato financeiro dos órgãos governamentais convenientes. No Brasil temos como exemplo o Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio (MDIC) e em Israel o Industry Center for Research and Development - órgão vinculado ao Ministério da Indústria, Comércio e Emprego.

Além disso, temos o **Acordo sobre Cooperação no Campo da Agropecuária**, assinado em 2007, em vigor. Tendo em vista a importância deste setor para os países em questão, Israel e Brasil firmaram e ajustaram o acordo para desenvolvimento agropecuário, entram em questão neste acordo os seguintes pontos: troca de informações entre os setores agropecuários (informações técnicas e científicas); exercício à cooperação entre organizações do setor agropecuário; inclusão de treinamentos, Know-how em tecnologia, apoio e promoção de investimentos agrários privados, aperfeiçoamento do Marketing deste setor e incentivos a pequenas e médias empresas inseridas no meio do agronegócio.

Por fim, temos o **Acordo sobre Serviços Aéreos**, assinado em 2009, em vigor. Este acordo contribui de forma significativa ao desenvolvimento da aviação civil internacional estabelecendo pontos cruciais no que se refere a atividades comerciais. Dessa maneira, as empresas aéreas de ambos os países possuem o direito de comercializar neles, vender seus serviços e estabelecer escritórios operando com liberdade em território alheio onde passageiros, bagagem, carga e mala postal em trânsito direto estarão sujeitos apenas a um controle simplificado. Bagagem e carga em trânsito direto serão isentas de taxas alfandegárias e outras taxas similares. (BRASIL, MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, 2014). Os acordos citados acima, funcionam como facilitadores para os negócios de ambos os países, onde por meio desses acordos teve-se a obtenção de resultados positivos para economia e para o crescimento empresarial que tornaram as relações bilaterais benéficas.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Buscou-se neste artigo contextualizar e analisar a Política Externa aplicada durante o segundo mandato do Governo Lula (2007-2010) no tocante às relações internacionais entre Brasil e Israel. O tema se demonstra essencial para o estudo das relações internacionais e com a realização da pesquisa foi possível realizar uma comparação entre a relação Brasil – Israel e o aprofundamento destas durante o mandato de Luís Inácio Lula da Silva. Percebe-se que a política externa de Lula deu ênfase a regiões que não foram devidamente exploradas em outros governos, como é o caso de Israel e de outros territórios do Oriente Médio.

Nota-se que foi durante os mandatos do presidente Lula que o Oriente Médio, em especial Israel, passou a ocupar uma posição mais destacada na pauta das relações internacionais brasileiras, tendo Israel passado a ser uma das prioridades do chamado bloco de países emergentes, o que foi seriamente defendido pela abordagem Sul-Sul, parte fundamental da diplomacia do governo Lula.

A política externa brasileira para Israel na Era Lula (2003-2010) pode ser considerada como essencial em termos de aproximação, haja vista, o comércio do país com Israel ter crescido significativamente durante os anos em que o presidente esteve no poder, aumentando a atuação de empresas brasileiras na região e de empresas israelenses no Brasil. Os dados apresentados ao longo desta pesquisa nas áreas comerciais e nas visitas diplomáticas detalham o nível crescente de aproximação do governo Lula com a nação israelense.

O Brasil tem estado envolvido com esses setores na referida região desde os anos de 1970, mas durante a Era Lula este contato se intensificou por meio das relações comerciais que aumentaram consideravelmente no período em questão. A aproximação do Brasil com Israel também pode ser observada ao longo da pesquisa por meio da análise dos acordos bilaterais. Fazendo-se uma retomada ao problema deste trabalho, o qual questionava a importância e a realização da diplomacia brasileira para realização dos acordos bilaterais realizados entre Brasil e Israel durante os anos de 2003-2007, percebe-se que o país de fato se empenhou para buscar proximidade com Israel, entendendo as principais demandas da região e correspondendo à realidade da PEB durante o período analisado. A análise dos dados coletados e a consulta à literatura especializada mostram que, enquanto não se deve entender que Lula tenha seguido um caminho completamente divergente da política externa praticada pelos antecessores, haja vista que durante o regime militar (1964-1985) o país também manteve laços próximos com o mundo árabe-muçulmano e israelense, ainda primordialmente na esfera econômica, o seu governo lidou de forma particular com a nação israelense se comparado às administrações anteriores.

Os números mostram que o interesse de Lula pela aproximação com Israel é um fato, levando este trabalho a crer que houve uma mudança significativa em relação aos governos anteriores em termos de aproximação do Brasil com a região analisada. Isso se observa, como já foi mencionado, tanto pelo incremento dos laços econômicos, quanto pelo número de assinaturas de acordos bilaterais, um marco na história das relações entre as duas regiões, pela boa relação da presidência e do Itamaraty, na pessoa do chanceler Celso Amorim, pelo envolvimento do Brasil em questões essenciais da nação israelense, atuando como mediador no conflito entre Israel e Palestina, além das viagens de Lula e outras autoridades de seu governo ao território e as visitas de mandatários da região ao Brasil.

É importante destacar que Lula foi um dos principais políticos brasileiros a visitar um país do Oriente Médio em caráter oficial, o que só reforça a hipótese apresentada de que Lula contribuiu para levar o Brasil a outra posição em termos de aproximação política com Israel. No que concerne à mediação brasileira nos imbróglis entre israelenses e palestinos e entre o Irã e a comunidade internacional, pode-se afirmar que o Brasil, que à época desfrutava de prestígio político frente à comunidade internacional, deu uma contribuição significativa na esfera das *high politics* às questões políticas do Oriente Médio, no caso do conflito israelense, como um possível interlocutor neutro e com potencial para contribuições positivas. As relações brasileiras com Israel desde Lula apenas foram crescendo e agora com o retorno da Era Lula e o novo conflito Israel versus Palestina, percebe-se mais uma vez o caráter diplomático do governo do presidente com relação às questões da região, como é possível notar graças a cobertura jornalística e a postura do governo no conselho de segurança da ONU.

Em suma, esta pesquisa conclui que o governo Lula (2003-2010) inovou consideravelmente no que concerne às relações com Israel se comparado a administrações anteriores. Lula levou a diplomacia brasileira ao ápice de suas relações com o Oriente Médio, abrindo um novo capítulo em termos de aproximação política e econômica com aquela região, realizando acordos benéficos, tanto para Israel quanto para o Brasil.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMORIM NETO, Octavio. **De Dutra a Lula: a condução e os determinantes da política externa brasileira**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011, 218 p.

AMORIM, Celso. **Conversas com Jovens Diplomatas**. São Paulo: Benvirá, 2011.

AMORIM, Celso. **Brazilian Foreign Policy under President Lula (2003-2010): an overview A Política Externa Brasileira no governo do Presidente Lula (2003-2010): uma visão geral**. Rev. Bras. Polít. Int. 53 (special edition): 214-240 [2010].

AYLLÓN, Bruno. **O sistema Internacional de Cooperação ao Desenvolvimento e seu estudo nas Relações Internacionais: a evolução histórica e as dimensões teóricas**. Revista de Economia e Relações Internacionais / Faculdade de Economia da Fundação Armando Álvares Penteado. - Vol. 5, n. 8 - São Paulo: FEC-FAAP, 2006.

BAIARDI, Amilcar; RIBEIRO, Maria Clotilde Meirelles. **A cooperação internacional norte-sul na ciência e na tecnologia: gênese e evolução**. Caderno CRH, v. 24, p. 593-608, 2011.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **Como exportar: Israel**. 2016. Disponível em: https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/invest-export-brasil/exportar/conheca-os-mercados/como_exportar_privado/como-exportar.pdf/CEIsrael.pdf. Acesso em 15 de outubro de 2023.

BRASIL, MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. **Relatório de Visitas Internacionais do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e de Visitas ao Brasil de Chefes de Estado e de Chefes de Governo entre Janeiro de 2007 e Dezembro de 2010, 2011**. Disponível em: <https://www.gov.br/mre/pt-br/assuntos/relacoes-bilaterais/todos-os-paises/estado-de-israel>. Acesso em 13 jun. 2023.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidente da República, [1998]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em 16 jun. 2023.

BRIL CHAMBER (Brasil). **Israel e o Comércio com o Brasil – em números**. [S. l.], 2023. Disponível em: <https://brilchamber.org.br/israel-e-o-comercio-com-o-brasil-em-numeros/>. Acesso em: 17 out. 2023.

CAVALCANTI, Priscila et al. **Acordos bilaterais entre Brasil e Israel: contribuições e avanços negociais**. 2015.

DA SILVA, Bismarque Ferreira; AZEVEDO, Ana Júlia Diniz; DA SILVA JÚNIOR, Cosmo. **O processo de construção da Cooperação Internacional através das Cooperções Norte-Sul e Sul-Sul**. Sertanias: Revista de Ciências Humanas e Sociais, v. 2, n. 1, p. 1-20, 2021.

EMBAIXADA DE ISRAEL NO BRASIL. **Relações Brasil e Israel**. 2021. Disponível em:
<https://embassies.gov.il/sao-paulo/Relations/Pages/Bilateral-Treaties-and-Agreements.aspx>.
 Acesso em 16 de outubro de 2023.

EMBASSIES (gov.). **Brasil e Israel: uma história de amizade**. 2014. Embaixada de Israel no Brasil. Relações Brasil e Israel. Disponível em:
 <<https://embassies.gov.il/brasil/Relations/Pages/Brasil%20e%20Israel.aspx>> Acesso em 20 de out. 2023.

EMBASSIES (gov.). Rede diplomática de Israel. Embaixada de Israel em Brasil. Relações Brasil e Israel. Disponível em:
 <<http://embassies.gov.il/sao-paulo/Relations/Pages/BilateralTreaties-and-Agreements.aspx>>
 Acesso em: 10 de out. de 2014.

FÁVERO, G.; PINHEIRO, L. F. V. **As relações entre o Brasil e a Palestina e o reconhecimento do Estado palestino pelo Brasil**. Cadernos de Política Exterior, v. 3, p. 65–91, 2016.

KEOHANE, Robert O. **International Institutions: Two Approaches**. In: **International Institutions and State Power: Essays in International Relations**. Boulder: Westview Press, 1989. Cap. 7, p. 158-179.

Lechini, Gladys. **O Brasil na África ou a África no Brasil? A construção da política africana pelo Itamaraty**. Nueva Sociedad especial em português, outubro de 2008.

MALESKI, Denko. **The conduct of the great power**. New Balkan Politics, v. 9, p. N_A, 2005.

MARINHO, Rogger Alves; FERREIRA, Juliana Momenti. **A estratégia húngara de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (CID): uma análise histórica**. Fronteira: revista de iniciação científica em Relações Internacionais, v. 11, n. 22, p. 120-140, 2012.

MILANI, Carlos RS; LOPES, Luara L.; SUYAMA, Bianca. **Políticas de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento no Norte e no Sul: que lições e desafios para o Brasil?**. São Paulo: Friedrich Ebert Stiftung, 2013.

M' Bunde, T. S. (2014). **As relações de representatividade entre os países do Sul Global: uma análise à luz da Teoria das Elites Paretianas**. Monções: Revista De Relações Internacionais Da UFGD, 3(5), 53–73.

SANTOS, Claire Gomes dos; CARRION, Rosinha da Silva Machado. **Sobre a governança da cooperação internacional para o desenvolvimento: atores, propósitos e perspectivas**. Revista de administração pública, v. 45, p. 1847-1868, 2011.

SOUZA, André de Mello et al. **Repensando a cooperação internacional para o desenvolvimento**. 2014.

VIGEVANI, Tullo; CALANDRIN, Karina Stange. **Brazil's policy toward Israel and**

Palestine in Dilma Rousseff and Michel Temer's administrations: have there been any shifts?. Revista Brasileira de Política Internacional, v. 62, 2019.

VIGEVANI, Tullo; CEPALUNI, Gabriel. **A política externa de Lula da Silva: a estratégia da autonomia pela diversificação.** Contexto Internacional, v.2, n.2, jul.dez, Rio de Janeiro, p.273-335, 2007

IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA; ABC – AGÊNCIA BRASILEIRA DE COOPERAÇÃO. **Cooperação Brasileira para o Desenvolvimento Internacional 2005-2009.** Brasília: Ipea; ABC, 2010.

ISRAEL - BRASIL. ORG (Israel). **O Acordo de Livre Comércio Israel e Mercosul.** [S. l.], 2021. Disponível em: <https://www.israel-brasil.org/acordo>. Acesso em: 16 out. 2023.

PINO, B. Ayllón. **Agentes transformadores da cooperação para o desenvolvimento: poderes emergentes e Cooperação Sul-Sul.** Relaciones Internacionales (La Plata), v.40, p.99-119, 2011.

MDIC. **Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio.** Disponível em: <http://mdic.gov.br/sitio/>. Acesso em: 20 de nov. de set. 2023.

PREISS, J.L.S. **Brasil e Argentina no Oriente Médio: do pós-segunda guerra mundial ao final da guerra fria.** 2013. Tese de Doutorado – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

TELAVIV. **Brasil-Israel.** Disponível em: <http://telaviv.itamaraty.gov.br/pt-br/brasilisrael.xml>> Acesso em: 15 de nov. de 2023.

SOARES, Felipe Maciel. **A importância da celebração de acordos bilaterais de comércio para o crescimento das exportações no período 2003-2010.** Brasília – DF, 2011. Disponível em: <http://repositorio.uniceub.br/bitstream/123456789/3413/3/20712359.pdf>>. Acesso em 10 de de set. de 2023.

VIGEVANI, Tullo; KLEINAS, Alberto. **Brasil-Israel: da partilha da Palestina ao reconhecimento diplomático (1947-1949).**

ITAMARATY, 2010. **Brasil e Israel juntos em busca do progresso.** Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/sala-de-imprensa/artigos-relevantes/brasil-e-israel-juntos-embus-ca-do-progresso-valor-economico-01-92010/?searchterm=diplomacia%20brasileira%20e%20israelense>>. Acesso em: 02 de set. de 2023.

AGRADECIMENTOS

À Deus, por me permitir a realização de mais um sonho e por sempre abençoar a minha jornada dando-me sabedoria e resiliência para enfrentar todos problemas ao longo de minha trajetória;

À toda minha família, que sempre acreditou em mim, que me incentivou e que se esforçou para que eu pudesse concluir esse ciclo;

Aos meus padrinhos, Prof. Me. Fernandos dos Anjos e Simone Francisco que desde a minha infância sempre me aconselharam e me apoiaram em todas as áreas de minha vida;

À toda população paraibana que muitas vezes, até sem saber, contribuíram imensamente no financiamento dos meus estudos através dos impostos e recursos pagos e destinados a Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) e que atualmente me proporcionam a conclusão de uma graduação em uma Universidade Pública;

À minha orientadora Jenifer Queila de Santana por todo conhecimento passado, por permanecer comigo até o fim e por toda atenção, disposição e tempo dedicado durante o período de orientação e por não ter desistido de mim;

Aos professores Caio Csermak e Gabriela Gonçalves por não só terem me dado a honra de compor a banca examinadora do meu trabalho de conclusão, mas por terem sido professores marcantes durante a minha graduação;

Aos inúmeros laços de amizade que construí durante a graduação e que quero levar pra minha vida inteira, a minha turma 2019.1 onde todos foram essenciais na minha trajetória e em especial a Jean, Ailton e Joyce no qual tive a honra de dividir um lar com eles por muito tempo. Além disso, agradeço imensamente também a Ana Clara, Sophia Souza, Rebeca Menezes, Wesley Bonfim, Tamires Dantas; Elayne Francinne, Vítor Tiriba, Iara Marinho, Vinicius Manfredini e a todos que sabem que estiveram comigo durante essa jornada, sou imensamente grata;

À minha amiga Laryssa Alódio, que com todo seu incentivo e apoio me ajudou grandemente para que eu pudesse finalizar o presente trabalho;

Aos demais amigos de minha cidade natal, meu Recife, que sempre me apoiaram e acreditaram na minha formação.

À todos os professores do Curso de Bacharelado em Relações Internacionais dessa instituição, que me passaram todo conhecimento necessário e que auxiliaram no meu aprendizado como docente;

Aos funcionários dessa instituição, por todo suporte durante a graduação.